

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO
PICO DE REGALADOS
VILA VERDE

Datas da visita: 26 a 28 de Novembro de 2007

I – Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas do Pico de Regalados, concelho de Vila Verde, realizada pela equipa de avaliação que visitou este Agrupamento entre o dia 26 e 28 de Novembro de 2007

Os capítulos do relatório — caracterização do agrupamento, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas do agrupamento. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento Vertical do Pico de Regalados, homologado em Junho de 2001, situa-se num espaço rural e estende-se por uma área geográfica de cerca de 101 Km², abrangendo 25 freguesias do concelho de Vila Verde. O povoamento é do tipo disperso e a estrutura económica assenta essencialmente em actividades agrícolas de subsistência. Os sectores do comércio, indústria e serviços são muito reduzidos. Existem algumas situações de manifesta pobreza, de alcoolismo e de trabalho infantil.

O Agrupamento é constituído por 23 estabelecimentos de educação e ensino, sendo 11 jardins-de-infância (JI), 6 escolas do 1º ciclo com jardim-de-infância (EB1/JI), 5 escolas do 1º ciclo (EB1) e a Escola Básica Integrada (EBI) Monsenhor Elísio Araújo onde está localizada a sede do Agrupamento. A dispersão geográfica e o isolamento das unidades educativas, quer entre si, quer da escola sede localizada na periferia do território educativo do Agrupamento, são características marcantes desta realidade escolar, acrescida da insuficiente rede de transportes públicos e de precárias redes viárias.

O Agrupamento serve uma população desfavorecida em termos económicos e culturais e com uma experiência escolar curta e/ou mal sucedida. Assim, dos pais/encarregados de educação dos alunos que frequentam o ensino básico verifica-se um predomínio de trabalhadores não qualificados (47%) seguindo-se 26% de operários e artífices e trabalhadores similares. Apenas 5% exercem funções profissionais como quadros superiores. A maioria, 81%, tem como habilitação académica os 1º ou 2º ciclos do ensino básico com taxas respectivamente de 47% e 34%. O grau de licenciatura é residual, correspondendo a 1%. Existe ainda 0.4% de pais/encarregados de educação sem habilitações académicas. Os restantes pais/encarregados de educação possuem o ensino secundário ou têm habilitação desconhecida. Para colmatar esta situação o Agrupamento criou, no presente ano lectivo, dois cursos de educação e formação de adultos (EFA) a funcionarem em regime nocturno, sendo um de nível Básico-3 constituído por 12 formandos e dois de nível secundário a funcionar com 37 formandos distribuídos por duas turmas. Estes formandos são pais/encarregados de educação e auxiliares da acção educativa do Agrupamento. Existem ainda 40 formandos inscritos e a aguardar formação de nível secundário.

A população escolar é de 1388 alunos, dos quais 300 frequentam a educação pré-escolar; 1047 o ensino básico, e 41 alunos os cursos de educação e formação (CEF), distribuídos por duas turmas de tipo 2 (carpintaria de limpos e jardinagem) e uma de tipo 3 (fotografia digital).

Dos alunos do ensino básico cerca de 35% beneficiam do serviço da Acção Social Escolar (ASE), dos quais 80% estão no escalão A.

A maioria dos alunos dos 2º e 3º ciclos, (56%), não tem computador em casa, e apenas 9% dispõem deste equipamento informático com ligação à Internet.

No Agrupamento foram identificados 54 alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (NEE), de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), sendo 7 da educação pré-escolar, 17 do 1º ciclo e 29 dos 2º e 3º ciclos, apoiados por 3 docentes.

Neste Agrupamento estão colocados 132 docentes, dos quais 58% pertencem ao quadro da escola. Dos 54 não docentes 1 é psicólogo, 7 pertencem à área de administração escolar, 45 são auxiliares da acção educativa e 1 é cozinheiro. A escola sede apresenta instalações bem conservadas e limpas. Dispõe de bons equipamentos e de climatização dos espaços escolares. As unidades educativas do 1º ciclo e JI visitadas apresentam instalações em bom estado de conservação, dispoendo duas de biblioteca escolar. Nestas escolas os equipamentos e materiais para a prática das ciências experimentais revelam-se claramente insuficientes. Os edifícios escolares apresentam condições físicas e materiais pouco adequadas à realização da educação física no 1º ciclo e da componente sócio-educativa da educação pré-escolar. No entanto, há evidências de uma melhoria na manutenção e conservação dos edifícios escolares do 1º ciclo e da educação pré-escolar. O Agrupamento tem sofrido a reestruturação da rede escolar com o encerramento de algumas EB1 e JI.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

Os resultados escolares, a nível das classificações internas, são globalmente positivos. As disciplinas que apresentam maiores taxas de insucesso são Língua Portuguesa e Matemática, em todos os ciclos de ensino. As taxas de conclusão, por ciclo de ensino, são claramente inferiores à média nacional no 1º ciclo, ligeiramente inferiores no 2º ciclo e superiores no 3º ciclo. O desempenho dos alunos nas provas de aferição do 4º ano é inferior à média nacional. Também, os resultados dos alunos nos exames de 9º ano de escolaridade, quer em 2006, quer em 2007, são, em Português e Matemática, inferiores à média nacional. Os baixos resultados obtidos pelos alunos não podem ser dissociadas da leitura e análise do contexto socioeconómico em que o Agrupamento se insere, ou melhor, dos alunos que o frequentam. Atendendo aos indicadores disponíveis (habilitações literárias

e profissões dos pais, computador e internet em casa e apoio da ASE) o contexto corresponde predominantemente a classes socioeconómicas baixa e média-baixa. Por sua vez, é patente a preocupação dos órgãos de administração e gestão e das estruturas pedagógicas intermédias, com os baixos resultados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, em todos os ciclos de ensino, tendo diagnosticado as causas e implementadas medidas tendentes à sua superação. Contudo, não foram ainda, criados dispositivos de monitorização e avaliação sistemática e regular dos seus efeitos, alinhados com a monitorização e acompanhamento das práticas lectivas na sala de aula/JI, num plano integrado desde a educação pré-escolar ao 9º ano de escolaridade. Os índices de abandono escolar são residuais e têm vindo a diminuir devido, em parte, à criação dos Cursos CEF.

Existem situações pontuais de indisciplina na sala de aula e nos espaços exteriores, que são resolvidas pelos docentes, directores de turma e Conselho Executivo. É patente em todos os membros da comunidade educativa um espírito de pertença ao Agrupamento, promovido através do convívio social, da participação em reuniões, festas e outros eventos culturais e sociais, assim como um clima de bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

O Agrupamento revela preocupações com a identificação e análise das necessidades educativas dos seus alunos, sejam de âmbito social ou educativo. A organização e a implementação dos apoios aos alunos com necessidades educativas especiais revelam-se menos estruturados nos 2º e 3º ciclos, no que concerne à elaboração dos programas e dos planos educativos dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado. As medidas de promoção activa das aprendizagens são diversificadas, tendo tido um papel importante na promoção de uma cultura escolar voltada para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de competências sociais e académicas. Outras estratégias e actividades de apoio à aprendizagem foram implementadas e dinamizadas pelo Agrupamento passando pelos apoios diferenciados, pela oferta de cursos de Educação e Formação para jovens fora da escolaridade obrigatória e em risco de abandono e a criação de 2 turmas de Educação e Formação de Adultos para elevar o nível de escolarização e de literacia dos pais/encarregados de educação e dos não docentes. São iniciativas que demonstram uma visão abrangente do currículo, promovendo aprendizagens que vão para além do cumprimento estrito dos programas e denotam uma política educativa voltada para a melhoria do sucesso educativo e de valorização da comunidade escolar.

A monitorização e o acompanhamento da eficácia destas medidas revelam-se pouco sistemáticos e consistentes. Também a monitorização e o acompanhamento da prática lectiva em sala de aula/JI é débil, assentando, essencialmente em métodos indirectos e frágeis de supervisão. A articulação e sequencialidade intra e inter ciclos têm maior consistência entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo e entre este e o 2º ciclo. Objectivamente a articulação curricular é ainda ténue intra e inter ciclos. A intenção, por parte do Agrupamento, de constituir uma equipa de coordenação da articulação curricular inter ciclos poderá vir a induzir melhorias neste âmbito.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O Projecto Educativo do Agrupamento (PEA) identifica os problemas prioritários, define os objectivos, mas não explicita com clareza as opções estratégicas e as metas a atingir por etapas calendarizadas. Os documentos estruturadores da acção educativa, nomeadamente o Plano Anual de Actividades (PAA) e o Projecto Curricular de Agrupamento (PCA) apresentam competências e estratégias, intenções e propostas de actividades diversificadas no âmbito do currículo e do enriquecimento curricular. Porém, o PAA não reflecte as prioridades expressas no PEA. O Conselho Executivo e a Assembleia do Agrupamento têm um papel fundamental no desenvolvimento de toda a actividade do Agrupamento, apoiado num grupo de docentes, funcionários, alunos e parcerias motivados e empenhados.

Neste domínio, o Agrupamento tem vindo a desenvolver de uma forma intencional e sistemática uma estratégia de melhoria, nos últimos dois anos lectivos, em que os resultados dos processos reflexivos e avaliativos são o suporte da organização e gestão, apesar dos documentos estruturadores da acção educativa não o explicitarem devidamente.

O Agrupamento está bem organizado e apresenta uma gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros eficazes. Existe uma mobilização de parcerias activas no âmbito da viabilização de actividades de enriquecimento curricular e dos cursos de Educação e Formação. A articulação e a mobilização das famílias, principalmente na Escola Básica Integrada, são ainda débeis. Apesar de haver um esforço reconhecido nesse sentido, não são evidentes estratégias claras de envolvimento das famílias. Neste Agrupamento os valores de equidade e justiça estão presentes no quotidiano escolar. O Conselho Executivo tem vindo a desenvolver lógicas de gestão centradas na promoção da igualdade oportunidades no acesso às mesmas condições de aprendizagem para todos os alunos.

Os Coordenadores de Estabelecimento do 1.º ciclo e da educação pré-escolar e as lideranças intermédias articulam e alinham procedimentos com o Conselho Executivo na organização e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino e dos órgãos e serviços que coordenam.

Não pode, porém, deixar de se reafirmar o esforço na criação de uma lógica e cultura integrada do Agrupamento conseguida, em parte, através de reuniões conjuntas, encontros sociais e recreativos, grupos de trabalho mistos, entre outros.

4. Liderança

Bom

O Conselho Executivo tem uma visão clara do projecto que pretende desenvolver e das mudanças a efectuar no Agrupamento, patente na diversificação da oferta educativa e nas medidas de promoção do sucesso, quer na vertente académica, quer do desenvolvimento social. Os documentos de planeamento não explicitam tal visão e estratégia, nem definem metas claras e avaliáveis da sua operacionalização.

A inovação é outra área forte do Agrupamento, que tem procurado soluções alternativas para problemas persistentes. O Conselho Executivo promove uma liderança participativa fomentando um trabalho colaborativo e de partilha de responsabilidades, quer em sede própria, quer com os demais órgãos de administração e gestão e lideranças intermédias. A Assembleia de Agrupamento tem vindo a assumir um papel interventivo na resolução de problemas do Agrupamento, carecendo, porém, de maior consistência e afirmação enquanto órgão de regulação crítica. A articulação entre os órgãos de administração e gestão e lideranças intermédias assenta no princípio da subsidiariedade e da complementaridade decorrentes das funções que exercem.

O trabalho realizado com parcerias activas, com outras organizações locais e nacionais, a diversidade da oferta educativa, bem como o desenvolvimento de projectos e apoios diferenciados à aprendizagem, constituem medidas potenciadoras de maior sucesso educativo.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

Bom

A auto-avaliação surge como um processo estruturado e consistente, abrangendo as principais vertentes de funcionamento do Agrupamento: os resultados escolares; a organização e gestão; o ensino e a aprendizagem e a cultura de Escola. A comissão de auto-avaliação envolveu activamente a comunidade educativa (pais, alunos docentes e não docentes).

O processo de auto-avaliação implementado poderá assumir-se claramente como um instrumento de auto-regulação institucional de modo a ter impacto no planeamento e na gestão das actividades, na organização da escola e nas práticas profissionais. Porém, a análise agregada da informação, em alguns domínios, poderá condicionar a identificação precisa das debilidades e a indução de melhoria em áreas específicas.

A liderança partilhada e consistente do CE, o papel regulador e atento da Assembleia de Agrupamento, o trabalho consistente da comissão de avaliação interna, a motivação e o empenho de alguns professores e dos não docentes, a estabilidade do corpo docente, a boa organização da oferta educativa, o bom clima de escola e a abertura à comunidade são fortes indicadores de que o Agrupamento tem condições de poder continuar a realizar um trabalho educativo indutor de progresso sustentado. O conhecimento dos pontos fortes, das debilidades e o desejo de melhorar o seu desempenho mobilizando as oportunidades que o contexto oferece, perspectivam-se como condições favoráveis para que o Agrupamento possa aprofundar a sua autonomia.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

O Agrupamento tem práticas regulares e sistemáticas de análise dos resultados académicos dos alunos, efectuada em sede de Conselho Pedagógico, nos departamentos curriculares, conselhos de turma e nos conselhos de docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Compara a evolução dos resultados escolares internos com as classificações externas (exames de 9º ano e provas de aferição dos 4º e 6º anos de escolaridade) ao longo dos últimos três anos lectivos. Porém, não efectua estudos comparativos com outras escolas.

As taxas de conclusão por ciclos de escolaridade, no ano 2006/07¹, são de 88.5% no 4º ano, 88.8% no 6º ano e 80,8% no 9º ano de escolaridade, sendo claramente inferiores à média nacional no 1º ciclo, ligeiramente inferiores no 2º ciclo e superiores no 3º ciclo. Atentos aos resultados das provas de aferição do 4ºano, realizadas pelos

¹ Dados constantes do perfil de escola, que diferem ligeiramente dos dados apresentados pelo Agrupamento, nesta matéria.
Agrupamento de Escolas do Pico de Regalados
26 a 28 de Novembro de 2007

alunos em 2007, conclui-se que estes são inferiores à média nacional, verificando-se 28,9% e 25,0% de níveis não satisfaz, respectivamente a Língua Portuguesa e a Matemática. Também, os resultados dos alunos que realizaram o exame do 9º ano são inferiores à média nacional, havendo 38,9% e 88,5% de níveis negativos, respectivamente a Língua Portuguesa e a Matemática. Importa salientar que o desempenho dos alunos no exame de 9º ano, a Língua Portuguesa, melhorou (0.5) quando comparado com o de 2006. Já, em Matemática, o desempenho dos alunos piorou, em 2007.

Apesar do contexto socioeconómico e cultural, não justificar, por si, o baixo desempenho dos alunos, a análise e a leitura dos resultados não podem ser dele dissociadas. Por esta razão, os baixos resultados constituem preocupação dos órgãos de administração e gestão e das estruturas pedagógicas intermédias que têm vindo a diagnosticar as causas e a implementar medidas tendentes à melhoria. Neste sentido, foi criada a disciplina de Matemática experimental - oferta de escola para alunos dos 5 e 8º anos de escolaridade; os mini-cursos de matemática para alunos com dificuldades de aprendizagem; a área curricular não disciplinar de Estudo Acompanhado afecta, sempre que possível, à disciplina de Matemática; a codocência num bloco de 90 minutos/semanais, no âmbito do Plano de Acção da Matemática; a realização trimestral de provas de aferição internas para os alunos de todos os ciclos de ensino; as provas de diagnóstico nos 5º e 7º anos de escolaridade e os quadros interactivos nas salas de aula. Porém, o Agrupamento ainda não implementou dispositivos de monitorização e avaliação sistemática e regular dos efeitos destas medidas alinhados com a monitorização e acompanhamento das práticas lectivas na sala de aula/JI, num plano integrado desde a educação pré-escolar ao 9º ano de escolaridade.

A taxa de abandono tem vindo a diminuir, sendo de 0,9% no 6º ano e de 1,8% no 9º ano. As ameaças de abandono escolar são precocemente detectadas. Os cursos CEF têm sido uma boa aposta para a recuperação de alunos em risco de abandono escolar, sendo que o retorno deste investimento vem através das elevadas taxas de conclusão. Apesar dos órgãos de administração e gestão do Agrupamento, nomeadamente o Conselho Executivo e a Assembleia de Escola conhecerem o percurso da maioria dos alunos após conclusão dos CEF, não existem estudos e dados estatísticos concretos da sua empregabilidade.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

A promoção de uma educação cívica orientada por valores do respeito pelos outros, da solidariedade e da responsabilidade, constitui uma das prioridades referenciadas nos documentos de orientação educativa do Agrupamento. A sua operacionalização tem-se traduzido na criação e dinamização de diversas actividades, com a participação dos alunos. De um modo global são evidentes o clima colaborativo e o bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes.

No 2º e 3º ciclos, apesar de ainda não se encontrar constituída uma associação de estudantes, o Agrupamento recorre a dispositivos formais (inquérito por questionário) de auscultação dos alunos sobre o funcionamento de algumas vertentes da vida do Agrupamento a saber: os resultados escolares; a organização e gestão; o ensino e aprendizagem e a cultura de escola. A participação dos alunos está, também, patente na comunicação directa com o Conselho Executivo sobre aspectos do quotidiano escolar, nomeadamente a higiene e limpeza dos espaços escolares e o funcionamento da cantina. As suas opiniões são tidas em conta no processo de tomada de decisão pelos órgãos de administração e gestão do Agrupamento. A participação dos alunos é ainda visível, no 1º ciclo, na realização de assembleias de turma, em algumas escolas.

No domínio da participação, importa destacar o papel dos delegados de turma, com responsabilidades na identificação dos problemas da turma e na sua comunicação aos respectivos professores, bem como a realização de assembleias de delegados de turma para discussão de problemas da Escola, apesar da sua débil dinâmica. O Agrupamento como estratégias para fomentar a participação e o desenvolvimento cívico responsabiliza os alunos do 9º ano na recepção e orientação dos alunos do 5º ano de escolaridade.

1.3 Comportamento e disciplina

Observou-se um ambiente geral de bom relacionamento entre os diferentes elementos da comunidade escolar (docentes, alunos, não docentes) baseado no respeito mútuo. Alunos, pais, docentes e órgãos de administração e gestão vêem com preocupação a indisciplina, pontual, de alguns alunos, traduzida em violência e agressões verbais e físicas, nos 2º e 3º ciclos. No ano lectivo 2006/07 registaram-se algumas situações, também pontuais, de indisciplina que afectaram algumas turmas/salas de aula e espaços de recreio, que resultaram em 83 participações disciplinares, a maioria resolvidas pelos professores ou directores de turma. Relativamente ao 1º ciclo há registo de dois alunos do 4º ano de escolaridade na EB1 de Valdreu que evidenciam comportamentos de agressão física e verbal a alunos e professores. Sendo este um problema identificado no PEA e pela Comissão de auto-avaliação e apesar de algumas medidas previstas neste âmbito (maior envolvimento dos delegados de turma

na Assembleia de Delegados) não há evidências de um plano estratégico de acção, consistente, neste domínio. A par da medida supra referida existe um código de conduta plasmado no Regulamento Interno (RI) que é dado a conhecer e discutido na área curricular não disciplinar de Formação Cívica e pelos professores e educadores titulares das turmas no 1º ciclo e na EPE.

Globalmente os alunos identificam-se com a escola, protegendo a sua imagem. Consideram-na limpa, agradável e bem equipada.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Os órgãos de gestão e os docentes procuram otimizar o impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas, tentando garantir a relação do saber com a sua aplicação prática, com o desenvolvimento das competências e preparação dos alunos quer para o prosseguimento de estudos, quer para futura inserção no mercado de trabalho.

A vertente académica é também articulada com o saber experimental, principalmente nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, decorrente do cumprimento dos programas e de actividades no âmbito do Projecto Ciência Viva.

Foi instituído o quadro de mérito onde constam os melhores alunos dos 2º e 3º ciclos, aos quais é atribuído anualmente um prémio, o que constitui também forma de valorização da aprendizagem. A preocupação com a inclusão e a reintegração de alunos em risco de abandono ou abandonantes permitiu desenvolver políticas locais de diversificação da oferta formativa de que os cursos CEFs e EFA são exemplo.

Os professores revelam iniciativa e entusiasmo na organização de contextos de aprendizagem diversificados para os alunos (e.g. Centros de animação e inovação pedagógica; desporto escolar; projectos; actividades sociais e culturais; Visitas de estudo; criação de 3 bibliotecas e AEC no 1º ciclo; utilização das TIC como recurso educativo; entre outras). No plano dos saberes práticos há uma adequação dos cursos CEF aos perfis e expectativas dos, verificando-se o encaminhamento de alunos para outras instituições educativas e profissionais do território educativo local e regional, quando o Agrupamento não dispõe da oferta educativa adequada. A identificação e o conhecimento das ofertas educativas/profissionais locais e regionais, assim como, a criação de novas parcerias neste âmbito, constituem intenções a operacionalizar por parte dos órgãos de administração e gestão.

O Conselho Executivo consciente da fraca valorização das aprendizagens escolares por parte de um número significativo de alunos e famílias, tem vindo a participar em projectos locais e nacionais que têm contribuído para aumentar a visibilidade da via escolar onde se destacam a rede de Bibliotecas Escolares, os projectos Ciência Viva, Educação para a Saúde, educação para os afectos/educação sexual, Saúde 100 riscos; o Desporto Escolar e a página da Escola na Internet. A assiduidade dos alunos é elevada, com excepção dos anos terminais dos 2º e 3º ciclo onde o absentismo regista médias globais de 29 e 32 faltas/mês nos 6º e 9º anos de escolaridade, respectivamente.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

O Projecto Curricular do Agrupamento prevê a articulação de competências a desenvolver por todos os docentes, explícita a sua operacionalização transversal e remete a operacionalização específica para as disciplinas ou áreas curriculares.

Têm sido realizadas algumas actividades facilitadoras e promotoras da sequencialidade educativa entre os 1º e os 2º ciclos nomeadamente a participação nos departamentos curriculares do vice-presidente do 1º ciclo e dos docentes que desenvolvem as AEC; reuniões periódicas de articulação curricular nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática entre os docentes do 1º. ciclo e os do 2º. ciclo e aplicação de provas de avaliação diagnóstica no início dos 2º. e 3º. ciclos.

A articulação entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo é realizada essencialmente através do desenvolvimento de actividades conjuntas relativas a eventos culturais e festivos. O trabalho colaborativo no 1º ciclo, assente na partilha de experiências profissionais e na análise de assuntos científico-pedagógicos e didácticos, evidencia algumas fragilidades, considerando a reduzida reflexão atribuída a esta vertente, em conselhos de docentes.

A articulação e a sequencialidade intra e inter 2º e 3º. ciclos são realizadas em sede de departamento curricular apesar das práticas efectivas, neste âmbito, serem ainda ténues. A articulação verifica-se, fundamentalmente, no interior da mesma disciplina e no conselho de turma, sendo residual a nível intra e inter departamental. A articulação intra-departamental ao nível científico e pedagógico e a sequencialidade educativa vertical e horizontal, são tarefas ainda pouco assumidas e consistentes, apesar do número reduzido de docentes por grupo disciplinar e departamento curricular.

Ciente das fragilidades no âmbito da articulação curricular, o Agrupamento está a organizar uma Comissão de Coordenação da articulação e integração curricular, para intervir neste âmbito.

Os serviços prestados pelo Serviço de Psicologia e Orientação, criado no presente ano lectivo, centram-se na orientação vocacional e no apoio individual aos alunos do Agrupamento. Este serviço articula, principalmente, com o Núcleo de Apoios Educativos, o Gabinete de Apoio ao Aluno e com os directores de turma.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

As práticas de acompanhamento e supervisão da prática lectiva em sala de aula/JI são realizadas nos conselhos de docentes, conselhos de turma e nos departamentos curriculares. A supervisão e o acompanhamento centram-se em métodos indirectos baseados nos instrumentos de avaliação e na aferição dos conteúdos curriculares leccionados com base na informação transmitida pelos próprios docentes, em reuniões. A confiança na avaliação interna e nos resultados em todos os níveis do ensino básico assenta na aplicação de critérios de avaliação comuns e na tentativa de uniformização dos níveis de exigência na aprendizagem, na calibração dos testes e nas classificações. O papel das lideranças pedagógicas é muito mais valorizado enquanto elemento mediador e facilitador do trabalho cooperativo dos docentes do que de supervisão efectiva das suas práticas lectivas, pelo que não foram implementados dispositivos que assegurem a coerência entre as práticas de ensino e a avaliação efectuada. Os resultados da avaliação contínua são analisados em conselho pedagógico, conselho de docentes, departamentos curriculares e em conselhos de turma e por último pela Comissão de Auto-avaliação. Alguns docentes têm participado em acções de formação importantes para o seu desenvolvimento profissional (e.g. matemática, informática). O Agrupamento promoveu formação para os docentes do 1º ciclo no âmbito da informática no sentido da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação na comunicação inter escolas e com a sede do Agrupamento. Todas as unidades educativas do 1º ciclo dispõem de computador com ligação, em rede, à Internet.

2.3 Diferenciação e apoios

O Agrupamento promove uma cultura de inclusão na educação pré-escolar, ensino básico e nos cursos de Educação e Formação.

A identificação e sinalização dos alunos com necessidades educativas de carácter permanente ou transitório são efectuadas, essencialmente em conselhos de turma ou conselho de docentes, com a colaboração do Núcleo de Apoios Educativos, do Gabinete de Apoio ao Aluno, do Serviço de Psicologia em articulação com os pais/encarregados de educação. Foram identificadas 54 crianças/alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado (NEE) de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) e foram implementadas modalidades de apoio diversificadas e diferenciadas, as quais são periodicamente avaliadas e redefinidas. O Núcleo de Apoio Educativo constituído há dois anos apresenta algumas dificuldades em organizar e implementar os programas e planos educativos individuais dos alunos dos 2º e 3º ciclos. O número reduzido de docentes dos apoios educativos poderá ter contribuído para as fragilidades referenciadas. O número de alunos do ensino básico integrados no regime educativo especial é de 4,2% a quem foram aplicadas medidas restritivas, nomeadamente 17 currículos escolares próprios, oito alternativos e 21 adaptações curriculares e condições especiais de avaliação. Na educação pré - escolar foram sinalizadas sete crianças com NEE. No 1º ciclo foram identificadas 45 crianças (9%) com dificuldades na aprendizagem, beneficiando de apoio sócio educativo prestado por 4 docentes.

As medidas de promoção activa das aprendizagens nos 1º, 2º e 3º ciclos são diversificadas. Atente-se nos apoios à disciplina de Matemática, referenciados no factor 1.1; a Língua Portuguesa através da dinamização do Plano Nacional da Leitura; a dinamização das Bibliotecas Escolares; os projectos e actividades desportivas, culturais, científicas e sociais, promovidas em todo o Agrupamento. O papel do Gabinete de Apoio ao Aluno tem sido importante no acompanhamento individual e sistemático de alunos e famílias com problemáticas sociais graves como alcoolismo e pobreza. De salientar a criação do SPO, que constituirá uma valia no diagnóstico e terapêutica em situações sociais e escolares problemáticas e ainda no encaminhamento e orientação vocacional dos alunos. Realça-se na educação pré-escolar a componente de apoio à família a funcionar em todos os JI com a colaboração de instituições locais e Autarquia. No entanto, não existem dispositivos de monitorização e avaliação do impacto de todas estas medidas.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

O Agrupamento desenvolve uma oferta educativa centrada no currículo normal e em actividades de enriquecimento curricular, com expressa valorização das dimensões culturais e sociais e em ofertas educativas

alternativas ao currículo normal, nomeadamente os cursos de educação e formação. Em virtude do contexto socioeducativo em que o Agrupamento se insere, cujas expectativas dos alunos nem sempre são elevadas a aposta nos cursos de educação e formação parece adequada. Porém, importa assegurar que a eventual expectativa de “facilitismo” não desvirtue a natureza educativa destas opções; não desencoraje o investimento dos alunos no currículo regular e não desvalorize os saberes cognitivos e académicos como um valor essencial.

A valorização dos saberes e das aprendizagens, para além das estritamente curriculares, está patente nas diferentes actividades que o Agrupamento proporciona aos alunos. A maioria dos alunos do 1.º ciclo participa nas AEC de música, de educação física, de expressão plástica e de inglês no sentido de uma maior abrangência dos saberes e da aprendizagem. A diversidade de contextos educativos proporcionados na vertente sociocultural, referenciadas no factor 1. 4 permite aos alunos desenvolver e mobilizar competências e aprendizagens. A atitude positiva face ao saber experimental e ao método científico acontece em actividades curriculares e não curriculares nomeadamente no âmbito do projecto Ciência Viva. As condições dos laboratórios são adequadas ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos das Ciências. No 1.º ciclo e na EPE os contextos de aprendizagem das Ciências numa lógica experimental não estão facilitados, desde logo pela insuficiência de equipamentos e de materiais, pelo que a experimentação e o método científico têm reduzida efectividade nestes ciclos de educação e ensino.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O PEA, elaborado para o triénio 2005/08, contou com a participação de elementos da comunidade escolar (representantes dos pais/encarregados de educação, dos não docentes e dos alunos) estabelece preocupações gerais, dificilmente avaliáveis. O PAA e PCA não reflectem a operacionalização do PEA. É ainda de realçar o esforço e o empenho do Conselho Executivo e da Assembleia de Escola na resolução dos problemas do Agrupamento (e.g. criação do Serviço de Psicologia e Orientação, contratação de um docente no âmbito do Plano de Acção da Matemática, diversidade de medidas de promoção do sucesso a Matemática, instalação de equipamento informático em todas as EB1; apoio e encaminhamento de criança/alunos e jovens em risco social e educativo, intervenção directa junto de famílias socialmente economicamente carenciadas, atitude vigilante na conservação dos espaços escolares). O CE tem uma actuação fulcral e impulsionadora na concretização destas iniciativas, mas as lógicas de acção não se enunciam devidamente articuladas nos diversos documentos que procuram operacionalizar o PEA.

No processo de planeamento são tidas em conta as mais valias decorrentes das parcerias que o Agrupamento desenvolve com diversas entidades institucionais.

A constituição das turmas assenta em critérios de natureza pedagógica, nomeadamente a continuidade nas relações entre alunos e, entre estes e professores. O Agrupamento procedeu à aprovação de um plano anual de distribuição do serviço docente que contempla a ocupação plena dos alunos. Porém, as substituições dos professores, decorrentes do absentismo docente, não são totalmente asseguradas. As direcções de turma foram atribuídas a professores titulares não tendo sido definido, nos órgãos competentes, o perfil do director de turma.

A área curricular não disciplinar de Estudo Acompanhado é atribuída, preferencialmente, a professores de Matemática e de Língua Portuguesa podendo comprometer, mas não impedir, o ensino e o treino de estratégias de estudo de modo a incrementar a motivação dos alunos para aprender.

Os Coordenadores de Estabelecimento do 1.º ciclo e da educação pré-escolar e as lideranças intermédias articulam e alinham procedimentos com o Conselho Executivo na organização e gestão das EB1 e JI e dos órgãos e serviços que coordenam.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Conselho Executivo estabelece uma relação próxima com os docentes e os funcionários do Agrupamento definindo normas e procedimentos de actuação, conjuntamente com os Coordenadores de Estabelecimento. O acolhimento e integração dos novos professores são efectuados pelo Conselho Executivo, pelos coordenadores de departamento e pelas demais estruturas intermédias.

A sequencialidade pedagógica é um dos princípios base na distribuição do serviço docente, facilitada pela reduzida mobilidade deste grupo profissional. A gestão de recursos humanos, bem como a distribuição de cargos pedagógicos, tem em atenção, sempre que possível, a adequação das funções ao perfil humano e profissional.

Os não docentes são afectos aos diversos serviços com base no seu perfil profissional e competências. Os Serviços de Administração Escolar, apesar do reduzido número de funcionários respondem eficazmente às necessidades da

comunidade escolar. Constitui intenção destes Serviços a implementação do modelo de gestão por processos, que poderá vir a minimizar os efeitos do reduzido número de funcionários.

Não há um plano de formação do Agrupamento adequado às áreas de actuação de docentes e não docentes, nomeadamente nas áreas científicas, didácticas e pedagógicas, existindo apenas levantamentos pontuais de necessidades de formação. Anualmente, professores e demais funcionários fazem formação em áreas por si identificadas e disponíveis no Centro de Formação de Vila Verde, ou noutras instituições educativas. Pontualmente, o Agrupamento promove formação interna, como é o caso da Informática, no sentido da rentabilização dos equipamentos informáticos das EB1 quer na comunicação institucional, quer na sua utilização como recurso educativo.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

Existem diferenças na qualidade e na adequabilidade dos edifícios que compõem este Agrupamento. As instalações da Escola sede dispõem de boas condições físicas e materiais para o ensino e a aprendizagem, sendo visível o trabalho de conservação e manutenção dos espaços interiores e exteriores. A climatização dos espaços escolares assegura o bem-estar dos seus utilizadores. Já os espaços educativos e pedagógicos dos JI e EB1 apesar da requalificação dos edifícios, mostram-se insuficientes para responder às exigências curriculares actuais (e.g. desenvolvimento da educação física e da prática experimental das ciências). Os JI visitados, alguns a funcionarem em edifícios adaptados, carecem de espaços pedagógicos e de equipamentos lúdicos no exterior. Em todos os JI e EB1 do Agrupamento são servidas refeições, são desenvolvidas AEC e actividades de animação sócio-educativa. Os horários de funcionamento das AEC e a prática da educação física no 1º ciclo, em geral, realizada nas salas de aula, constituem preocupação e descontentamento na comunidade escolar (pais, docentes, e órgãos de administração e gestão). Os equipamentos e materiais revelam-se insuficientes para o desenvolvimento da Matemática e das Ciências Experimentais no 1º ciclo. Para minimizar esta debilidade a escola sede disponibiliza, em regime de requisição, recursos materiais às EB1 e JI. Porém, este propósito está comprometido atendendo à distância geográfica que separa estes estabelecimentos de ensino. Existem Bibliotecas escolares em 3 EB1 do Agrupamento, estando a dinamização de duas a cargo de uma funcionária da Câmara Municipal de Vila Verde. A intenção de criar outras dinâmicas direccionadas para a requisição e circulação de livros da Biblioteca Municipal, parece colher toda a pertinência atendendo aos reduzidos recursos materiais existentes. Todas as EB1 dispõem de equipamento informático com ligação, em rede, à Internet

O orçamento atribuído à escola sede revela-se insuficiente para responder a todas as necessidades, acrescidas das que a constituição do Agrupamento determinou. Para responder a todas as solicitações o Conselho Executivo tem gerado receitas próprias resultantes do aluguer das instalações, do serviço de bufete/bar, da reprografia, da organização de eventos, da participação em projectos e de algumas parcerias.

No que concerne à educação pré-escolar e ao primeiro ciclo o seu edificado tem vindo a sofrer obras de requalificação. Esta situação tem exigido do Conselho Executivo uma monitorização constante e uma permanente articulação com as Autarquias (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia).

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação e o envolvimento dos pais no percurso escolar dos seus filhos e na vida da escola são variáveis consoante os ciclos de ensino que os seus educandos frequentam. Apesar de não existir análise evolutiva dos índices de participação das famílias, estes rondam os 100% na educação pré-escolar e no 1º ciclo, enquanto nos 2º e 3º ciclos constituem uma prioridade de intervenção plasmada no PEA. Por sua vez, nestes dois níveis de ensino a participação é elevada quando se trata de eventos sociais e festivos (e.g. recreações históricas, festa de final de ano lectivo e outros eventos socioculturais). Este facto é justificado pela comunidade escolar (docentes, pais/encarregados de educação e associação de pais) com a reduzida valorização do papel social da escola resultante dos baixos índices sócio-culturais e de escolarização das famílias.

O Agrupamento em articulação com os directores de turma, os coordenadores de estabelecimento e os docentes, tem feito o acolhimento aos pais/encarregados de educação no início do ano lectivo, mostrando flexibilidade no horário de atendimento.

Não há evidências de um plano de trabalho consistente de envolvimento das famílias e seus representantes institucionais (Associação de Pais) na visão e estratégia do Agrupamento ou na definição e discussão das suas linhas de acção. O contexto sociocultural e geográfico, nomeadamente as precárias redes viárias e de transportes e os baixos índices de escolarização das famílias, podem ajudar a explicar os baixos índices de participação dos pais, mas não justificam que não continuem a ser procuradas estratégias alternativas para os envolver.

3.5 Equidade e justiça

Há uma opinião consensualizada que o Agrupamento promove uma política de equidade e justiça na sua acção diária junto da comunidade escolar, garantindo o acesso de todos os alunos aos bens educativos, independentemente da sua condição económica, social ou de capacidade de aprendizagem.

O Conselho Executivo mobiliza os serviços e recursos humanos do Agrupamento na promoção da igualdade de oportunidades no acesso às condições de aprendizagem, que passa sobretudo pela diferenciação de apoios, quer respeitem às dificuldades socio-económicas, quer de aprendizagem ou necessidades educativas especiais. Neste domínio importa referir as medidas implementadas no sentido da promoção do sucesso académico, as práticas efectivas do Gabinete de Apoio ao Aluno de resolução dos problemas sociais mais graves dos alunos incluindo a “deslocação” aos seus contextos familiares, as tutorias e a mobilização e envolvimento de intuições locais para debelar tais situações. Também a criação dos CEF evidenciam uma política efectiva de inclusão dos alunos que apresentam mais dificuldades escolares, em risco de abandono escolar. Os alunos consideram que são avaliados com justiça e equidade e que há igualdade na constituição das turmas, horários escolares e, ainda, que existe disponibilidade para serem ouvidos.

O Agrupamento está atento às situações de carência económica e social dos alunos, procurando respostas através da Acção Social Escolar e do centro de animação e inovação pedagógica da solidariedade. Dá ainda resposta imediata a situações de carência de necessidades básicas (e.g. alimentação, higiene e saúde) evidenciadas pelos alunos no quotidiano escolar.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

O Conselho Executivo tem uma visão estratégica do projecto a desenvolver, apesar dos documentos (PEA; PCA E PAA) não a expressarem claramente. São, ainda, omissos quanto aos referenciais para a acção e avaliação do serviço educativo. O CE mobiliza e envolve docentes, funcionários, alunos e lideranças intermédias que partilham esta visão, definindo planos de acção que a viabilizem. Promove uma liderança participativa fomentando um trabalho colaborativo e de partilha de responsabilidades, quer em sede própria, quer com os demais órgãos de administração e gestão e lideranças intermédias. A Assembleia de Escola tem vindo a assumir um papel interventivo na resolução de problemas, carecendo, porém, de maior consistência e afirmação enquanto órgão de regulação crítica. Tem desempenhado um papel activo na resolução dos problemas persistentes e recorrentes do Agrupamento, nomeadamente sociais, comportamentais e de aprendizagem dos alunos. A articulação entre os órgãos de administração e gestão e lideranças intermédias assenta no princípio da subsidiariedade e da complementaridade decorrentes das funções que exercem. Estas políticas e lógicas de acção conferem confiança no CE reconhecida por docentes, não docentes, pais e alunos, para a qual têm contribuído tanto a disponibilidade e a comunicação directa daquele órgão, como o empenho e dedicação na resolução dos problemas do Agrupamento.

O suporte da acção das lideranças do Agrupamento tem vindo, progressivamente, a centrar-se nos resultados das práticas reflexivas e avaliativas.

O trabalho realizado com parcerias activas e com outras instituições locais, assim como, a diversidade da oferta educativa, o desenvolvimento de projectos e os apoios diferenciados à aprendizagem constituem medidas potenciadoras de maior sucesso educativo.

4.2 Motivação e empenho

O Conselho Executivo e algumas lideranças intermédias estão muito empenhados na gestão eficaz do Agrupamento, procurando envolver e responsabilizar professores, alunos, e funcionários nas diversas áreas de actuação.

É evidente, e reconhecido essencialmente pelos docentes, que o Agrupamento tem vindo gradualmente, nos dois últimos anos, a melhorar globalmente a eficácia do seu trabalho, sustentado em processos reflexivos e avaliativos. A Associação de Pais demonstra motivação na colaboração dos problemas da escola, porém a sua acção está, em parte, condicionada pela reduzida participação dos seus membros. De referir o papel da Assembleia do Agrupamento no apoio do trabalho do CE, apresentando propostas e contribuindo activamente para a solução das problemáticas existentes, referidas no factor 3.5.

Relativamente ao absentismo dos docentes verifica-se uma diminuição de 11% no último ano lectivo. Ao invés, os funcionários apresentam índices mais elevados de absentismo.

4.3 Abertura à inovação

A abertura à inovação surge em várias vertentes da vida do Agrupamento. Existem evidências da forma como as inovações e mudanças são implementadas e recebidas. Neste sentido refira-se o alargamento da sua oferta educativa com os cursos CEF e EFA, a colaboração com a Escola Profissional, a diversidade de actividades de enriquecimento curricular, as medidas de promoção do sucesso escolar, a diversificação dos contextos formativos, a adesão a projectos, a criação de parcerias, a criação de mecanismos facilitadores da comunicação electrónica inter escolas, o equipamento e recursos materiais actualizados na escola sede, os equipamentos informáticos nas EB1 são, entre outras, medidas que reflectem a capacidade de resposta do Agrupamento aos desafios internos e externos.

A abertura à mudança faz parte da cultura do Agrupamento enquanto organização e constitui uma prática regular e consistente, mobilizando, de um modo geral, a comunidade educativa.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O Agrupamento ciente de que um projecto educativo não se operacionaliza de forma isolada, mobilizou recursos externos que viabilizem a consecução do seu PAA, no sentido de se afirmarem como uma mais-valia para o processo de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos. Foram criadas parcerias com instituições locais e regionais que participam em actividades e projectos pedagógicos do Agrupamento (e.g. a Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Pico de Regalados; a Biblioteca Municipal de Vila Verde; A Universidade do Minho; a GNR; a Comissão de Protecção de Criança e Jovens em Risco de Vila Verde; o Conselho local de Acção Social de Vila Verde; a Escola Profissional Amar Terra Verde; a Associação do Divino Salvador de Valdreu; os Bombeiros Voluntários de Vila Verde; o Centro de Saúde de Vila Verde, a Casa do Povo da Portela do Vale; a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cavado e Ave (ATAHCA) - centro de Novas Oportunidades; a Câmara Municipal de Vila Verde, as Juntas de Freguesias, os Centros Paroquiais e Sociais, entre outras). No âmbito dos CEF têm sido estabelecidas parcerias com algumas empresas locais e regionais, designadamente as que recebem os alunos em contexto de estágio profissional. O Agrupamento privilegia, também, a participação em projectos nacionais, onde os alunos tomam consciência de várias realidades, como a “ Rede de Bibliotecas Escolares; candidaturas no âmbito do PRODEP; do FEDER, Ciência Viva, o Desporto Escolar e a Educação para a Saúde. O Agrupamento conta ainda com a colaboração e financiamento de instituições, nomeadamente a Caixa de Crédito Agrícola; a Caixa Geral de Depósitos no financiamento dos prémios de mérito e do Hipermercado Continente na oferta de Livros.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1 Auto-avaliação

No ano de 2006/07 foi criada uma comissão de avaliação interna, constituída por docentes de todos os ciclos de educação e ensino. A auto-avaliação surge como um processo estruturado e consistente, abrangendo as principais vertentes de funcionamento do Agrupamento: os resultados escolares; a organização e gestão; o ensino e a aprendizagem e a cultura de Escola. A comissão de auto-avaliação envolveu activamente a comunidade educativa (pais, alunos docentes e não docentes) que expressam as suas opiniões em inquérito por questionário. Esta Comissão fez a análise e tratamento dos dados de um modo agregado, com excepção dos órgãos de administração e gestão e estrutura intermédias. Porém, a análise agregada da informação, em alguns domínios, condiciona a identificação precisa das debilidades e a indução de processos de melhoria. Os resultados são divulgados nos órgãos de administração e gestão e nas estruturas de orientação educativa.

O processo de auto-avaliação implementado poderá assumir-se, claramente, como um instrumento de auto-regulação institucional de modo a ter impacto no planeamento e na gestão das actividades, na organização da escola e nas práticas profissionais. Ainda não foram definidos padrões de qualidade e o processo de autoavaliação não prevê o planeamento de todas as suas fases.

5.2 Sustentabilidade do progresso

A liderança partilhada e consistente do CE, o papel interventivo e atento da Assembleia, o trabalho consistente da Comissão de auto-avaliação, a motivação e o empenho de professores e não docentes, a estabilidade docente, a boa organização da oferta educativa, o bom clima de escola e a abertura à comunidade são fortes indicadores de que o Agrupamento tem condições de poder continuar a realizar um trabalho educativo indutor de progresso sustentado. O conhecimento dos pontos fortes e das debilidades e o desejo de melhorar o seu desempenho,

mobilizando as oportunidades que o contexto oferece, perspectivam-se como condições favoráveis para que o Agrupamento possa aprofundar a sua autonomia.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Unidade de Gestão (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A visão estratégica e a motivação das lideranças, em particular do Conselho Executivo e da Assembleia de Escola;
- O empenho da Direcção Executiva numa liderança democrática e participativa;
- A política interna de equidade e justiça, patente quer na resolução de problemas socio-económicos e de aprendizagem, quer na inclusão escolar de jovens com insucesso e em risco de abandono;
- A diversidade de medidas de promoção do sucesso escolar na disciplina de Matemática;
- A Imagem credível do Agrupamento junto da comunidade local, que potencia o aprofundamento de parcerias.

Pontos fracos

- As elevadas taxas de insucesso escolar nas disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa em todos os ciclos de ensino;
- A reduzida articulação curricular e sequencialidade das aprendizagens entre ciclos de ensino;
- A ausência de estratégias de monitorização, apoio e acompanhamento das práticas lectivas em sala de aula/JI;
- A reduzida reflexão e análise de questões científico-pedagógicas e didácticas em Conselho de Docentes do 1º ciclo;
- A reduzida participação e envolvimento dos pais/encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos, nomeadamente nos 2º e 3º ciclos.

Oportunidades

- A criação de redes comunicacionais com as escolas do Concelho poderá potenciar o desenvolvimento da sequencialidade das aprendizagens interciclos.
- O reordenamento da rede Escolar que, minimizando o isolamento das EB1 e JI, poderá promover maior equidade no acesso aos bens educativos.

Constrangimentos;

- As redes viárias e de transportes públicos deficitários que poderão continuar a afectar a participação dos pais na vida do Agrupamento;

A Equipa de Avaliação Externa:

José Manuel de Carvalho Ramos, Luís Maria Fernandes Areal Rothes, Maria Judite Meira Cruz